



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II



ANO XXV — N.º 106

QUARTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 1970

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 121.ª SESSÃO EM 8 DE SETEMBRO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 6.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DO SR. FERNANDO  
CORREIA**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Sigefredo Pacheco — Duarte Filho — Ruy Carneiro — Pessoa de Queiroz — José Leite — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Paulo Torres — Fernando Corrêa — Bezerra Neto — Celso Ramos — Guido Mondin — Mem de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### PARECERES

**PARECER N.º 608, DE 1970**

da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 32, de 1970, que altera o inciso VII, do artigo 942, do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil).

**Relator: Sr. Clodomir Millet**

De iniciativa do Senador Vasconcelos Torres, o presente projeto altera a redação do inciso VII do artigo 942

do Decreto-lei n.º 1.608, de 1939 (Código de Processo Civil).

Esse dispositivo trata da impenhorabilidade dos "vencimentos dos magistrados, professores e funcionários públicos, o soldo e fardamento dos militares, os salários de soldados, em geral, salvo para pagamento de alimentos à mulher ou aos filhos, quando o executado houver sido condenado a essa prestação". O autor acrescenta a seguinte expressão: "ou, até um meio do montante mensal, enquanto houver dívida a pagar, para cumprir obrigações decorrentes de fiança ou aval".

2. O autor, em sua justificação, invoca o fato de ser comum os funcionários públicos servirem de fiador ou de avalista entre si, o que, no seu entender, é um "ato simples e perfeito de solidariedade". Todavia, afirma, como em todas as classes existem desonestos, alguns deixam de cumprir suas obrigações de devedor, passando o fiador a responder pelo montante da dívida. Sendo este honesto, paga, assumindo outros compromissos ou vendendo o imóvel que possuir, com prejuízos para a sua família. Entende, finalmente, o autor que a cláusula da impenhorabilidade dos vencimentos só protege a família do devedor relapso.

3. Data venia, discordamos da fundamentação usada, considerando, ainda, inconveniente e inconstitucional a medida proposta.

4. O Senador Vasconcelos Torres alega estar procurando um meio de proteger o fiador ou avalista contra o devedor relapso.

A contrario sensu, no entanto, o projeto permite sejam penhorados os vencimentos, "até um meio do montante mensal", para atender a "obrigações decorrentes de fiança ou aval".

Ora, o que se pode entender por "obrigações decorrentes de fiança ou aval"? As obrigações dos fiadores ou avalistas!

Dessa forma o projeto em nada iria atingir ao devedor relapso e, sim, aos fiadores e avalistas, contrariando a própria argumentação do autor.

5. Entendemos de todo inconveniente que se modifique o instituto da impenhorabilidade dos vencimentos. É medida que se impõe, de proteção à família, evitando venha sofrer, por causa da boa-fé ou incuria de seu chefe, diminuição em seu rendimento mensal, necessário e indispensável à sua manutenção. É o mínimo que se garante. Os bens, se existirem, podem ser penhorados, mas não os vencimentos que garantem à vida.

Aliás, os próprios credores, quando aceitam fiança ou aval de funcionários públicos, já sabem de tal fato e com ele concordam.

6. Deve ser salientado, ademais, que muito embora, várias vezes, se trate de um "ato simples e perfeito de solidariedade" entre funcionários públicos, é importante, como todos sabem, em responsabilidade de uns e de outros.

7. O autor afirma, também, que as sociedades vivas "devem promover a modificação de suas leis, na velocidade e no limite em que a dinâmica dos fatos vai evidenciando a deficiência ou a desatualização delas".

Ora, ao contrário disso, relativamente ao instituto da impenhorabilidade dos vencimentos, o que se verifica, através dos anos, é o fato de estar ele se firmando e se impondo, cada vez mais, à consciência dos legisladores e governantes.

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA  
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA  
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA  
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAUJO  
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO  
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 20,00  
Ano ..... Cr\$ 40,00

#### Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 40,00  
Ano ..... Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

Assim é que, por exemplo, a Lei 1.711, de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis), em seu art. 126, dispõe:

"O vencimento, remuneração ou qualquer vantagem pecuniária atribuída ao funcionário não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo quando se tratar:

I. de prestação de alimentos;

II. de dívida à Fazenda Pública."

Já a Lei n.º 4.673, de 15 de junho de 1965, quase vinte e seis anos após a promulgação do Decreto-lei n.º 1.608, de 1939, determinou, nas execuções fiscais promovidas para cobrança judicial da dívida ativa da fazenda nacional, a aplicação, quanto aos bens e direitos sujeitos à penhora, da cláusula da impenhorabilidade prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil.

Nenhuma modificação, sensível ou razoável, houve nesse setor, desde então, que nos leve a pensar encontrarse superada tal disposição.

Demonstrada, assim, a total inconveniência do disposto no projeto.

8. Como se sabe, o Código de Processo Civil é uma lei adjetiva, passível de modificação pelo Congresso Nacional. Na caso presente, no entanto, qualquer alteração do preceito em exame importará na conseqüente alteração ou revogação de um preceito substantivo, qual o do art. 126 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União e, consoante dispõe o art. 57 da Constituição, é da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que:

"V. disponham sobre servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;"

Dessa forma, o projeto, ao modificar o Código, alterou o regime jurídico dos funcionários públicos, sendo, portanto, inconstitucional.

9. Diante do exposto, considerando o projeto inconstitucional, injurídico

e inconveniente, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1970. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Clodomir Millet**, Relator — **Bezerra Neto** — **Júlio Leite** — **Milton Trindade** — **Carlos Lindenberg** — **Guido Mondin** — **Arnon de Mello** — **Auro Moura Andrade**.

#### PARECER N.º 609, DE 1970

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1970 (n.º 2.082/69, na Câmara), que dá a denominação de "Rodovia Manoel da Costa Lima" a trechos de rodovias que indicia.

Relator: Sr. José Leite

O presente projeto dá a denominação de "Rodovia Manoel da Costa Lima" aos trechos Pôrto XV—Rio Brilhante e Rio Brilhante—Campo Grande, respectivamente, da BR-267 e da BR-165 (art. 1.º)

A justificação diz:

"Visa o presente projeto de lei a prestar uma homenagem pósu-

ma àquele que, nos idos de 1903, com a vontade indômita dos verdadeiros heróis, desbravou o sul de Mato Grosso, realizando a primeira ligação de Porto XV, no Rio Paraná, a Campo Grande. Sem auxílio do Governo, foi levado entretanto pela força do seu idealismo a integrar aquela rica região do Centro-Sul ao Estado de São Paulo, grande centro consumidor de matérias-primas mato-grossenses."

Parece-nos homenagem muito justa, motivo pelo qual opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1970. — Celso Ramos, Presidente — José Leite, Relator — José Guimard — Arnon de Mello.

#### PARECER N.º 610, DE 1970

da Comissão de Constituição e Justiça, sobre os Projetos de Lei da Câmara n.º 2, de 1965, e 4, de 1965 (n.ºs 1.484-B/63 e 1.483-B/63, na Câmara) — em tramitação conjunta — que dispõem: o primeiro, sobre o Sistema do Mérito no Serviço Público Civil Brasileiro, e, o segundo, sobre a reorganização do Sistema do Material do Serviço Público Federal.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1. Embora nos parecesse que a matéria e objetivos das proposições em exame já estivessem atendidas pelo Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e Decreto-lei n.ºs 900 e 901, de 1969, referentes à Reforma Administrativa, foi deferida diligência por nós proposta para ser ouvido a respeito o Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

2. A diligência foi atendida e aquele Departamento à fls. 101, responde minuciosamente no sentido de demonstrar que a matéria em debate foi atendida pelos instrumentos legais da reforma administrativa.

3. O informe prestado, oferece-nos estes dados, fornecidos pelo órgão especializado do Governo, ou seja, do Executivo, de onde se originaram as proposições:

"Sem prejuízo do mérito da proposição inspirada em princípios científicos e em ideais democráticos — a aprovação do projeto viria quebrar a unidade, a coe-

rência e a simplificação da legislação, que este Departamento procura imprimir à administração de pessoal, por obediência mesmo ao programa de desenvolvimento em que está empenhada a Nação. Ademais, a maior parte da matéria substantiva, contida no projeto, e que merece figurar na legislação ordinária, como desdobramento natural de preceitos constitucionais, já está consagrada em diplomas básicos de ação administrativa. O Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelos de n.ºs 900 e 901/69, e que dispõem sobre a organização da Administração Federal e as Diretrizes da Reforma Administrativa; e o Decreto n.º 66.222, de 17 de fevereiro de 1970, que reestruturou este Departamento e lhe conferiu novo sistema operacional, descongestionando suas hipertrofiadas funções executivas, pela descentralização, e, assim, lhe permitindo, doravante, dedicar-se por intermédio de suas Unidades de Pesquisa e Orientação ao estudo sistematizado e ao desenvolvimento de temas tais como o Sistema do Mérito, de que foi ele próprio o precursor no Brasil.

Em suma, pretendia-se com o Projeto em foco, tornar efetivo, por instrumentação legislativa, o preceito constitucional que impõe a exigência de concurso público para a primeira investidura nos cargos públicos: e, intensivamente, estender análogos métodos competitivos a toda a vida funcional do servidor, desde o ingresso às promoções, transferências, acessos e até à investidura em funções de chefia e cargos de direção intermediária. Além disso, intentava-se com a proposição revigorar e fortalecer continuamente o Sistema do Mérito (que é menos um Sistema do que uma questão de civismo e de educação coletiva), para tanto acrescentando novos encargos às já hipertrofiadas atribuições executivas deste Departamento e, sobre isto, instituindo um Conselho de Defesa do Sistema do Mérito, composto por onze membros, qua-

tro dos quais eleitos em pleito nacional, realizado pela Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e nomeados pelo Presidente da República, de lista triplíce, para cada vaga. Vale assinalar que entre as funções desse Conselho estaria a de fazer "propaganda" do "Sistema do Mérito" perante os três Poderes da República..."

Parece evidente que os instrumentos de ação delineados no projeto, em prol da defesa do "sistema, são incompatíveis com a estratégia político-administrativa do Governo Revolucionário que, para alcançar os mesmos objetivos, já dotou a Administração das normas jurídicas indispensáveis, tais são a Reforma Administrativa e a reorganização deste Departamento.

No que se refere à normatividade legislativa, o critério do mérito, como instrumento básico da administração, já está superlamente consagrado no mencionado Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, como se pode verificar de seus seguintes dispositivos, direta ou indiretamente relacionados com a idéia do mérito:

A) "Art. 94 — O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-la aos seguintes princípios:

I. Valorização e dignificação da função pública e do servidor público.

III. ... fortalecimento do Sistema do Mérito para o ingresso na função pública, acesso a função superior e escolha do ocupante de funções de direção e assessoramento.

XI. ... reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais de administração.

XII. Estabelecimento de meca-

nismos adequados à apresentação por parte dos servidores, nos vários níveis organizacionais, de suas reclamações e reivindicações, bem como à rápida apreciação, pelos órgãos administrativos competentes, dos assuntos nela contidos."

**B) Art. 101** — O provimento em cargos em comissão e funções gratificadas obedecerá a critérios a serem fixados por atos do Poder Executivo que

b) estabelecerá os processos de recrutamento com base no sistema do mérito;

**C) Art. 102** — É proibida a nomeação em caráter interino por incompatível com a exigência de prévia habilitação em concurso para provimento dos cargos públicos, revogadas todas as disposições em contrário."

**D) Art. 116** — Ao Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP) incumbe:

**VII.** Zelar pela criteriosa aplicação dos princípios de administração de pessoal com vistas ao tratamento justo dos servidores civis.

**VIII.** Promover medidas visando ao bem-estar social dos servidores civis da União e ao aprimoramento das relações humanas no trabalho.

**E) Art. 117** — O Departamento Administrativo do Pessoal Civil prestará às Comissões Técnicas do Poder Legislativo toda cooperação que for solicitada."

A par dessas disposições legais, este Departamento, apesar de reestruturado há apenas dois meses, já tem aprovado e divulgado seu Plano de Trabalho, ou seu programa estratégico, para o quadriênio 1970/1973. E nele figura expressamente um capítulo referente à matéria, o de n.º 5, intitulado: "Revigoração e disseminação do Sistema do Mérito". E ainda, no mesmo espaço de tempo, já se pôde aprovar e divulgar instruções de um concurso público de monografias, a ser realizado pela "Revista do Serviço

Público", sobre matérias de interesse administrativo, e ao qual podem concorrer, com seus estudos e sugestões, todos os servidores públicos, a quem se oferece em prêmios a razoável importância de dezoito mil cruzeiros novos. Já se põe em prática, pois, o disposto no art. 94, item XI, do Decreto-lei n.º 200/67."

Pela leitura dos projetos é evidente a verificação de que eles adotam preceitos, ora absorvidos, ora superados, pelas citadas novas leis e reorganização consequente.

O parecer é pela rejeição dos dois projetos de lei.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1970. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Bezerra Neto**, Relator — **Guido Mondin** — **Adolpho Franco** — **Mello Braga** — **Júlio Leite** — **Milton Trindade** — **Flávio Brito** — **Carlos Lindenberg** — **Auro Moura Andrade**.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — O expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 36, DE 1970

Dispõe sobre a exclusão da empresa rural na desapropriação por interesse social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — O responsável pela empresa rural, como tal definida no artigo 4.º, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), poderá requerer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a declaração de sua condição jurídica de empresa rural.

**Art. 2.º** — O reconhecimento da condição referida no artigo anterior torna a empresa imune à desapropriação por interesse social, na forma prevista no art. 2.º, do Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969, sendo que o ato executivo da declaração de área prioritária excetuará as empresas rurais admitidas na forma desta Lei.

**Art. 3.º** — O requerimento de que trata o art. 1.º da presente Lei poderá ser subscrito pelo proprietário, pelo arrendatário ou por quem este-

ja subrogado no direito de exploração da propriedade.

**Art. 4.º** — Será decidido no prazo de 60 (sessenta) dias, pelo INCRA, o pedido de declaração de empresa rural para os fins da presente Lei.

**Art. 5.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

1. Pelo art. 2.º do Decreto-lei n.º 554, de 1969, mesmo situada na área prioritária para a desapropriação por interesse social, a empresa rural declarada como tal, pelo Estatuto da Terra, estará isenta da desapropriação.

2. O projeto quer tornar efetiva a declaração, ao mesmo tempo que dá estabilidade à propriedade e à sua exploração, valorizando sua condição perante a expectativa de desapropriação.

3. É um roteiro que pode ser emendado, ampliado, melhorado pelo Senado da República.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 1970. — **Vicente Bezerra Neto**, Senador.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 4.504  
DE 30-11-1964

#### (Estatuto da Terra)

**Art. 4.º** — .....  
VI — "Empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explora econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico, da região em que se situa e que explore área mínima agrocultural do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas.

DECRETO-LEI N.º 554  
DE 25 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5,

de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o disposto no Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969, decreta:

**Art. 1.º** — A União poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do art. 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969.

§ 1.º — A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

§ 2.º — O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

**Art. 2.º** — Ainda quando situados nas áreas de que trata o art. 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste Decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

**Art. 3.º** — Na desapropriação a que se refere o art. 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — o valor fixado por acôrdo entre o expropriante e o expropriado;

II — na falta de acôrdo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — o valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou quando inexistir essa declaração.

§ 1.º — Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente, de acôrdo com os índices oficiais.

§ 2.º — Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do

cadastramento ex officio, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico.

(As Comissões de Constituições e Justiça, de Agricultura, de Legislação Social e dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoadamento.)

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 37, DE 1970

Fixa prazo para resposta a pedido de informações, nos processos de "habeas corpus", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — O § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 552, de 25 de abril de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2.º — A vista ao Ministério Público será concedida após a prestação das informações pela autoridade coatora, salvo se o Relator entender desnecessário solicitá-las, ou, se solicitadas, não tiverem sido prestadas dentro de prazo não excedente de 3 (três) dias, fixado pelo Relator."

**Art. 2.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

1. Pelo Decreto-lei n.º 552, de 25 de abril de 1969, passou a ser concedida vista, nos Tribunais Federais ou Estaduais, ao Ministério Público, nos processos de habeas corpus, originários ou em grau de recurso, pelo prazo de dois dias, ficando revogada a proibição constante do art. 611 do Código de Processo Penal.

2. Admitiu-se na mesma instância ao Relator pedir ou não informações à autoridade coatora, mas não se fixou um limite de prazo para a resposta. O projeto quer suprir esta parte, que considera uma comissão.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 1970. — **Bezerra Neto**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 552  
DE 25 DE ABRIL DE 1969

Dispõe sobre a concessão de vista ao Ministério Público nos processos de "habeas corpus".

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

**Art. 1.º** — Ao Ministério Público será sempre concedida, nos Tribunais Federais ou Estaduais, vista dos autos relativos a processos de habeas corpus originários ou em grau de recurso, pelo prazo de 2 (dois) dias.

§ 1.º — Findo esse prazo, os autos, com ou sem parecer, serão conclusos ao relator para julgamento, independentemente de pauta.

§ 2.º — A vista ao Ministério Público será concedida após a prestação das informações pela autoridade coatora, salvo se o relator entender desnecessário solicitá-las, ou, se solicitadas, não tiverem sido prestadas.

§ 3.º — No julgamento dos processos a que se refere este artigo, será assegurada a intervenção oral do representante do Ministério Público.

**Art. 2.º** — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o artigo 611 do Código de Processo Penal e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de abril de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — **A. COSTA E SILVA — Luis Antônio da Gama e Silva**.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Milton Trindade — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Petrônio Portella — Waldeimar Alcântara — Manoel Villaça — Domicio Gondim — João Cleofas — Arnon de Mello — Benedicto Valladares — Nogueira da Gama.

**O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa)** — Os Projetos serão publicados e distribuídos às Comissões competentes.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)  
Presentes 19 Srs. Senadores. Vamos  
passar à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 590, de 1970) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B/70, na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969, adotada em Londres, a 23 de junho de 1969.

Em discussão a redação final.  
(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão sem emenda nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do artigo 316-A do Regimento Interno.

O Projeto irá à publicação

É a seguinte a redação final aprovada

#### PARECER N.º 590, DE 1970 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B/70, na Casa de origem).

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B/70, na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1970. — Mem de Sá, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Aurélio Vianna.

#### ANEXO AO PARECER N.º 590, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1970 (n.º 138-B/70, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44,

inciso I, da Constituição, e eu, .....  
....., Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1970

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) —

#### Item 2:

“Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 591, de 1970), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B/70, na Casa de origem), que aprova o texto do Acôrdio Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília, a 2 de março de 1970.”

Em discussão a redação final.  
(Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Encerrada a discussão sem emendas e não havendo requerimento no sentido de que a mesma seja submetida a votos, é ela considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O Projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

#### PARECER N.º 591, de 1970 Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B/70, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Cattete Pinheiro.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B/70, na Casa de

origem), que aprova o texto do Acôrdio Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1970. — Mem de Sá, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Aurélio Vianna.

#### ANEXO AO PARECER N.º 591, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 45, de 1970 (n.º 141-B/70, na Casa de origem.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, ..... , Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º , DE 1970

Aprova o texto do Acôrdio Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o texto do Acôrdio Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas sobre Privilégios e Imunidades do Instituto, firmado em Brasília a 2 de março de 1970.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) —

#### Item 3:

“Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1968 (n.º 1.363-C/68, na Casa de origem), que regula a indenização aos dependentes, e dá outras providências, tendo PARECER, sob n.º 571, de 1970, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela aprovação, com emenda que oferece de n.º 1-CCJ.”

Em discussão o projeto, e a emenda.  
(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Encerrada a discussão e não havendo quorum para votação, fica a mesma adiada para a Sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) —

**Item 4:**

"Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 68, de 1970, de autoria da Comissão Discretora, que dispõe sobre a fusão dos cargos de Auxiliar de Secretaria, símbolo PL-11, como classe inicial na carreira de Auxiliar Legislativo."

Sobre a mesa, emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes

**EMENDA N.º 1**

**Ao Projeto de Resolução n.º 68, de 1970.**

**Artigo único** — Transforme-se em parágrafo único do art. 1.º do Projeto de Resolução n.º 68, de 1970, acrescentando-lhe o seguinte parágrafo:

"§ 2.º — O disposto no artigo e seu parágrafo 1.º aplicar-se-á aos ocupantes do cargo de Contínuo, PL-12 em relação à carreira de Auxiliar de Portaria."

**Justificação**

A proposição justifica-se por si mesma: trata-se de dar tratamento igual a situações, efetivamente idênticas, tais são as relações que devem presidir o acesso dos Contínuos à carreira de Auxiliares de Portaria em comparação ao acesso preconizado no projeto em favor dos Auxiliares de Secretaria à carreira de Auxiliares Legislativos.

Far-se-á, estamos certos, através da aceitação, com a qual contamos, da presente emenda, justiça a uma laboriosa categoria de dedicados servidores desta Casa do Congresso Nacional.

Brasília, 8 de setembro de 1970. — Duarte Filho — Adalberto Sena — Aurélio Vianna — Nogueira da Gama — Clodomir Millet — José Guimard — Mello Braga — Antônio Fernandes — José Leite — Guido Mondin — Vasconcelos Torres — Leandro Maciel.

**EMENDA N.º 2**

**Ao Projeto de Resolução n.º 68, de 1970.**

Onde convier.

"Art. Ficam criados no Quadro da Secretaria do Senado Federal 9 (nove) cargos de Auxiliares de Plenário PL-6."

**Justificação**

Objetiva a presente emenda criar no corpo funcional do Senado a categoria de Auxiliar de Plenário, escolhendo, para a ocupação dos lugares em exame, os atuais Auxiliares de Portaria em exercício no Plenário. Aos referidos servidores, que desempenham suas funções no Plenário lhes são atribuídas as mais várias tarefas de interesse dos Srs. Senadores, tarefas essas já disciplinadas pela Resolução n.º 6, de 1960, subseção IV, dos servidores do Plenário, art. 20 e suas alíneas, notadamente em atendimento da H, que exige desses servidores, delicadeza no trato, desembaraço e diligência.

Mister se faz que se dê a eles vencimentos condizentes com suas atribuições à semelhança de que ocorre com seus colegas do Supremo Tribunal Federal que, por lei recente do Congresso, atingiram aquela categoria. Nenhuma exceção ou precedente se vai abrir com a medida que defendemos, antes ao contrário, se fará como de justiça, uma equiparação dos servidores do Senado aos daquela Alta Corte.

A Lei n.º 264 assegura a equiparação dos funcionários da Secretaria do Supremo às da Câmara dos Deputados e do Senado. Ora, se o Senado concedeu a categoria em tela ao Supremo, quando não existe nas Secretarias das Casas do Congresso aqueles cargos, justo e equânime nos parece se conceda, também, aos seus próprios servidores.

A ordem dos fatores, de nenhum modo altera o produto, portanto, pode, deve e é justo se faça a mesma concessão aos seus servidores.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 1970. — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Em discussão o projeto e as emendas. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores querendo fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

A matéria irá à Comissão Diretora, a fim de se pronunciar sobre as emendas.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Flávio Brito.

O SR. FLÁVIO BRITO (Lê o seguinte discurso.) — Srs. Presidente,

Srs. Senadores, neste período administrativo do nosso País, a consciência do desenvolvimento se eleva, continuamente, em escala progressiva e ideal, num processo construtivo, transformando em realidade promissora, o que antes se antevia como impossível e se afigurava como utópico.

O esforço para se atingir o nível retilíneo de mobilidade vertical ascendente, desse processo, já consolidada uma base, resultante de um sistema de coordenadas, que interliga o Programa de Integração Nacional, harmonizado, com direção e sentido, o efetivo planejamento, que irá nos conduzir à conquista da nossa emancipação econômica e social.

Os pesquisadores dos recursos naturais do Brasil, os estudiosos da nossa geografia econômica, já cartografaram e descreveram as nossas riquezas, nos limites da nossa continental extensão geográfica, naturalmente, limitados pelos meios e recursos existentes e disponíveis, mas, sobretudo, valorados pelo espírito científico e patriótico, ao caracterizar, sob todas as formas, as potencialidades naturais do Território Nacional.

O fator posição astronômica, situa o nosso País na faixa dos trópicos, distinguindo-o, não só de outros territórios também tropicais, mas, em vir apresentar, internamente, características físicas que diferenciam cinco grandes regiões, em tipos de clima, em vegetação, em solos, em disponibilidade de recursos hídricos, o que implica em apresentar diferentes quadros humanos: evolução, distribuição espacial, tendências e estrutura da população, como ainda, desníveis dos setores de economia, em diferentes condições de vida.

A idéia da organização do nosso espaço geográfico, não é de hoje. Bem sabemos. O esboço para um mapa do Euclidianismo, já era um grande esforço de regionalização cartográfica. O traçado da Transacreatina, era uma inspiração de Integração Nacional.

A marcha para o oeste não teve a execução de um programa, mas fortaleceu e transmitiu uma consciência de penetração econômica que estava a desafiar a Nação Brasileira.

Brasília e a sua irradiação rodoviária, descortinou horizontes, marcando o primeiro e decisivo passo para integração do Centro-Oeste e da

Amazônia, com as demais regiões do Brasil, que se separavam em crescentes disparidades.

As experiências de planejamentos regionais e setoriais, com os planos diretores de organismo de desenvolvimento, como SUDENE, SUDAM e SUDEPE, definem estágios dessa escala progressiva, em busca do desenvolvimento integrado.

Do que dispomos hoje, para avaliação de todo esse processo evolutivo, já é bastante para uma diretriz acertiva.

Já sabemos das contradições, que se operam no meio físico dos quadantes geográficos do nosso País.

Nos extremos territoriais, além das distâncias em espaços, estão as diferenças fisiográficas, em um complexo de variedades, que também se distanciam, de fórmulas para soluções padronizadas.

A ciência geográfica faz tomada de posição em uma elevada função de consciência. Os geógrafos e os técnicos brasileiros em suas diferentes especializações, com a participação do povo e com o comando e direção do Governo, lançam-se à Integração Nacional, para uma equilibrada e dinâmica ocupação, levando às nossas fronteiras econômicas a coincidência das nossas fronteiras geográficas.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, estamos aqui motivados pela grande realização que o Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici programa para condução da sua política de Integração Nacional: — a Transamazônica.

Quem se detiver, simplesmente sobre o mapa brasileiro de divisões municipais, nos Estados e Territórios, identificando as micro-regiões homogêneas; quem se detiver sobre mapas e estudos, de como se processaram a incorporação do litoral e o povoamento do interior; quem se detiver em analisar a ocupação e o uso atual do espaço geográfico brasileiro, sente a necessidade de um racional planejamento físico, diante dos vazios subutilizados e dos inadequados adensamentos populacionais.

A Transamazônica e a Cuiabá—Santarém vêm, de uma importante derivação da Belém—Brasília, abrir a passagem para o desenvolvimento, em uma região que até mesmo as suas

ricas condições naturais dificultam a penetração para uma utilização econômica.

Vem esta grande realização integrar a nossa infra-estrutura de estradas, importância que se lhe é prestada, dentro dos limitados recursos financeiros do País, situando-a, merecidamente, com privilégios, no rigoroso escalonamento prioritário, que o Governo revolucionário programa, para o desenvolvimento da Nação.

É realmente uma obra que virá trazer repercussões profundas, no quadro social-econômico do País, razão que a torna prioritária na executiva ação governamental.

É indiscutível, Senhor Presidente, Senhores Senadores, a urgente necessidade de sua realização.

Nesta Casa, já compareceram os Exmos. Srs. Ministros do Planejamento, do Interior, da Fazenda, da Agricultura, da Educação, da Saúde e dos Transportes, dentro da unidade de direção do Exmo. Sr. Presidente da República, apresentando e defendendo o projeto da Transamazônica, na condução das obras e dos serviços, que promovem o programa de Integração Nacional. Todos os Exmos. Srs. Ministros demonstraram valiosa eficiência em suas áreas de atuação.

De tudo o que aqui já foi dito sobre a Transamazônica, pouco ou quase nada resta a acrescentar, sobre a importância dessa obra transcendental.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, ao apoiarmos, louvamos e aplaudirmos a realização dessa grande obra, não poderíamos deixar de trazer, também, a nossa modesta colaboração como amazonense, identificado com a região, como Presidente da Comissão de Agricultura e como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que vislumbra o grande potencial para intensa e racional exploração econômica, com o deslocamento da nossa fronteira agrícola, pela abertura de estradas e de acesso à produção.

Sabemos quão é difícil romper aquela exuberante floresta tropical, e de igual forma, superar os riscos pantanosos e dominar as forças da hidrografia.

Sabemos das dificuldades, inclusive, de transpor terras de domínio indi-

gena. São adversidades várias e, até mesmo, algumas imprevisíveis.

Imperioso é que a obra terá que ser atacadada, em sua grandeza e dimensão, na forte e rígida determinação de vencer, mesmo adotando um flexível e auto-corrigível cronograma de execução. Sendo eixo de um planejamento, orientado, não poderemos fracassar nas medidas programadas, objetivando situar polos de desenvolvimento, sincronizados com o centro de gravidade da nossa economia.

Estas imperiosidades, crescem as nossas responsabilidades de planejadores e executores. Afinal de contas, estamos planejando a ocupação econômica e social de dois terços do nosso território — o que exige um planejamento de longo alcance.

É imprescindível um bem detalhado levantamento básico de toda região, compreendendo estudos topográficos, por avançada técnica de restituição aerofotogramétrica; estudos geológicos e hidrogeológicos; estudos pedológicos, de grande importância para a definição da capacidade de uso, oferecendo valiosos elementos sobre os solos que virão influir na produção agrícola; estudos da complexa bacia hidrográfica; sistemáticos detalhados; estudos dos recursos naturais da região, em pesquisas agrônômicas, botânicas e minerais.

Os resultados desses levantamentos básicos é que propiciarão as condições para um racional e adequado planejamento de uso, inclusive, definindo sistemas da organização da produção, alcançando os níveis de mercado e comercialização.

Ao longo da rodovia, comunidades serão criadas, mas nós não as desejamos que sejam estacionárias. Queremos comunidades dinâmicas, projetadas dentro das exigências do planejamento de colonização, em seus tamanhos ideais e bem diretrizes.

Acompanhamos de perto o devotado trabalho e a grande preocupação do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, em definir faixas modulares para dimensionar as unidades produtoras, em nível de unidade-família, agregada a um integral sistema cooperativista e em nível de empresa, apoiada nos incentivos governamentais a empresarização da agricultura.

Os levantamentos básicos virão identificar a realidade da Amazônia.

As premissas de ricas florestas, significando solos ricos, já não se conclui a priori.

A idéia que hoje possuímos, sobre os solos da Amazônia, é baseado em estudos exploratórios de áreas isoladas e esparsas, tendo por base correlações de fatores que talvez aparentemente se evidenciem. São idéias generalizadas, que nos permitem, apenas, uma visão geral, dentre as variações de clima, vegetação, relevo, solo e idade geológica, dificultando, assim, os trabalhos para um coerente e adequado planejamento de racional colonização.

O que até agora se identificou como os principais solos é realmente de grande importância para uma regional visão pedológica. Mas a Amazônia é um país que se descobre, em relação à sua extensão e à sua densidade populacional, por representar 40% do território brasileiro e ter uma população de apenas 4% da população do País.

Precisamos de realizar na Amazônia não só estudos esquemáticos e exploratórios simples, e, sim, estudos de reconhecimento e de detalhamento, que irão nos oferecer resultados de todas as categorias de solos, delimitando-os em mapas, em suas superiores e menores variações e em todas as suas características físicas e químicas.

A colonização da Amazônia só será possível alcançar os degraus do sucesso com indicações de valiosos resultados de estudos e pesquisas científicas.

Dispõe o Brasil dessa imensa área, privilégio em espaços vazios no nosso planeta.

É lícito inclusive considerar o crescimento demográfico do globo terrestre e a distribuição espacial dos acrescidos contingentes humanos. É lícito também considerar as disponibilidades, ainda não dimensionadas, dos recursos minerais da região, tão cobiçados pelo capital estrangeiro. É lícito ainda considerar a grande reserva florestal, com enormes variedades de espécies, que estão a desa-

fiar os botânicos. Em sendo tudo isso, lícitamente a considerar, razão ponderáveis se ligam à Segurança Nacional.

A Amazônia é um grande desafio, ou a incorporamos no presente à nossa economia, ou corremos o grande risco de mais algum tempo ser tarde demais. Daí a nossa preocupação no detalhamento e no seu racional planejamento. Não pretendemos vê-la deserta com a devastação de sua valiosa floresta e nudez do seu solo de propensão lixiviante e bacterizante. Desejamo-la florescente de riqueza, que a sua vocação e potencialidade privilegiam-na riquezas que a luz dos avançados processos tecnológicos retirem-na do seu estado latente, transformando-as em explorações e ocupações dinâmicas.

A própria abertura da rodovia virá paralelamente dar condições de acesso à penetração dos estudos técnicos e científicos.

Sentimos e apoiamos a gloriosa jornada, que o governo revolucionário com firme determinação empreende. E como são imensas as responsabilidades, somos todos nós desafiados: legisladores, técnicos, estudiosos, governantes e governados, a prestarmos a nossa efetiva participação e colaboração.

Com os resultados dos levantamentos básicos, que o governo, pelos seus órgãos técnicos especializados, está realizando, e, de posse dos mesmos, pretendemos trazer pela Comissão de Agricultura do Senado, em complementação a estudos que a Confederação Nacional da Agricultura vem realizando, uma colaboração no planejamento da Colonização Agrícola.

Senhor Presidente e Senhores Senadores,

Assim entendemos esforços de participação; essa ação conjunta que soma vetores indicados ao único objetivo.

Já solicitamos do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, através da CNA, os resultados de estudos e levantamentos básicos, essenciais ao planejamento de colonização. O Exmo. Sr. Ministro Cirne Lima honrou-nos em resposta telegráfica informando-nos,

que os dados solicitados, havia-os encaminhado aos órgãos técnicos do Ministério para pronto atendimento.

Pretendemos, com o apoio da Comissão de Agricultura do Senado e assessoria de técnicos da Confederação Nacional da Agricultura, apresentar estudos que resultem em colaboração que a grande obra da Transamazônica está a merecer.

Senhor Presidente, Senhores Senadores.

A decisão brasileira é de integração. O governo comandando, o povo participando — O desenvolvimento em dinamização. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Senhores Senadores que, conforme expediente lido na Sessão de 2 do corrente, deverá visitar o Senado, amanhã, dia 9 de setembro, uma delegação de membros da Comissão de Negócios Estrangeiros, da Defesa e das Forças Armadas do Senado Francês.

Na oportunidade, deverão, suas excelências se entrevistarem com os membros das Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente Sessão, designando para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 3, DE 1969

Discussão, em primeiro turno, (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 265-A, do Regulamento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1969, de autoria do Senador Lino de Mattos, que proíbe o emprêgo de produto químico usado em produtos alimentícios, tendo PARECER, sob n.º 592, de 1970, da Comissão; — de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 30 minutos.)

## ATA DAS COMISSÕES

## COMISSÃO DE ECONOMIA

16.<sup>a</sup> REUNIÃO, REALIZADA EM 1.<sup>o</sup> DE SETEMBRO DE 1970

As dezessete horas do dia primeiro de setembro de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Mem de Sá, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Duarte Filho, Júlio Leite, Cattete Pinheiro, Pessoa de Queiroz, Carlos Lindenberg, Ney Braga e Milton Trindade, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Teotônio Vilela, Attilio Fontana, Bezerra Neto e José Ermírio.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Das proposições constantes da pauta, são relatadas as seguintes:

Pelo Sr. Senador Duarte Filho:

— Favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 1970, que "aprova o Decreto-lei n.º 1.115, de 24 de julho de 1970, que concede estímulos às fusões e às incorporações das Sociedades Seguradoras, e dá outras providências".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Pelo Senador Carlos Lindenberg:

— Pela aprovação ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 1970, que "aprova o Decreto-lei n.º 1.116, de 27 de julho de 1970, que acrescenta artigo ao Decreto-lei n.º 697, de 23 de julho de 1969".

Submetido o parecer a discussão e votação, é o mesmo aprovado.

Em seguida, o Sr. Presidente, Senador Mem de Sá, passa a presidência dos trabalhos ao Sr. Senador Pessoa de Queiroz, a fim de emitir parecer à matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Sr. Senador Mem de Sá lê parecer pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1968, que "manda reverter em favor do empregado não-optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que fôr aposentado pelo Instituto Nacional de Previdência Social a sua conta individualista".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pelos Srs. Membros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE SAÚDE

9.<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 1.<sup>o</sup> DE SETEMBRO DE 1970

As quinze horas do dia primeiro de setembro de mil novecentos e setenta, na Sala de Reuniões da Comissão de Saúde, sob a Presidência do Sr. Senador Cattete Pinheiro, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores Waldemar Alcântara, Raul Giuberti e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Duarte Filho, José Cândido e Adalberto Sena.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos. É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, em seguida, dada como aprovada.

Ao Projeto de Lei do Senado número 1, de 1969, que "proíbe a importação, a produção e a comercialização de adoçantes artificiais no País, e dá outras providências", o Sr. Senador Waldemar Alcântara oferece parecer pela rejeição. Após ter sido submetido à discussão e votação, o referido parecer é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

29.<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1970

As 16 horas do dia 3 de setembro de 1970, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Petrônio Portella, presentes os Srs. Senadores Júlio Leite, Moura Andrade, Eurico Rezende, Bezerra Neto, Milton Trindade, Carlos Lindenberg, Arnon de Mello, Guido Mondin e Clodomir Millet, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Milton Campos, Antônio Carlos, Carvalho Pinto, Antônio Balbino e Josaphat Marinho.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abertos os trabalhos, os Srs. Senadores Carlos Lindenberg e Clodomir Millet devolvem o Projeto de Lei do Senado n.º 30-DF/70, que declara extinta a participação de servidores públicos do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal na cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal, cuja vista lhes fôra concedida. Com a palavra, o Sr. Senador Clodomir Millet lê o voto em separado que apresenta e que conclui pela aprovação do

projeto, das Emendas n.ºs 1 e 2 do Senador Carlos Lindenberg e mais três emendas de sua autoria. O Sr. Presidente passa a palavra ao Sr. Senador Eurico Rezende, Relator da matéria, que, após contraditar o voto apresentado, mantém seu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da proposição e manifestando-se contra às emendas e ao voto em separado. Submetido a discussão e votação é o parecer aprovado por seis votos contra três, vencidos os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Bezerra Neto e Clodomir Millet. O Sr. Senador Guido Mondin vota com o Relator, nos termos do voto em separado.

O Sr. Senador Clodomir Millet relata o Projeto de Lei do Senado n.º 32/70, que altera o inciso VII do art. 942 do Decreto-lei n.º 1.608, de 10-9-39 (Código do Processo Civil), dando pela sua rejeição por inconstitucional. O parecer é aprovado, por unanimidade.

Com a palavra, o Sr. Senador Arnon de Mello apresenta parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 187/68, que concede financiamento aos motoristas profissionais de caminhão para aquisição de veículo próprio, através das Caixas Econômicas Federais, com a intermediação do INPS, concluindo pela sua rejeição. Submetido a discussão e votação, é aprovado, unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 18, de 1970 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.122, de 1.º de outubro de 1970, publicado no Diário Oficial de dois subseqüente, que "concede isenção de impostos incidentes sobre bens importados pela Companhia Vale do Rio Doce".

#### 1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 8 DE SETEMBRO DE 1970

Aos oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Clodomir Millet, Júlio Leite, Carlos Lindenberg, Paulo Tôrres, Sebastião Archer, Ruy Carneiro e Bezerra Neto e os Senhores Deputados Hanequim Dantas, Jaeder Albergaria, Parente Frota, Raymundo Bogéa e Djalma Falcão, reúne-se a Comissão Mista para estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 18, de 1970 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.122, de 1.º de outubro de 1970, publicado no Diário Oficial de dois subseqüente, que "concede isen-

ção de impostos incidentes sobre bens importados pela Companhia Vale do Rio Doce."

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Raul Giuberti, Mello Braga e Adalberto Sena e os Senhores Deputados João Paulino, Luiz de Paula, Mário de Abreu, Caruso da Rocha, Altair Lima e Regis Pacheco.

De acôrdo com o que preceitua o parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Sebastião Archer, que declara instalada a Comissão, após o que comunica que irá proceder eleição para a Presidência e para a Vice-Presidência do Órgão.

Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente eventual convida o Senhor Senador Bezerra Neto para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

#### Para Presidente:

Deputado Parente Frota .....	10 votos
Em branco .....	2 votos

#### Para Vice-Presidente:

Senador Júlio Leite .....	11 votos
Em branco .....	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputado Parente Frota e Senador Júlio Leite.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Parente Frota agradece a honra com que foi distinguido, designando para relatar a matéria constante da Mensagem n.º 18, de 1970 (CN) o Senhor Senador Raul Giuberti. Em seguida, seguindo a orientação da Senhora Diretora das Comissões do Senado Federal, o Senhor Presidente designa Rogério Costa Rodrigues, funcionário do Quadro da Secretaria do Senado, para secretariar os trabalhos da Comissão.

Ouvindo o Senhor Relator, o Senhor Presidente marca a reunião da Comissão para apreciação do Parecer de Sua Excelência para as dezesseis horas do dia dezessete do corrente mês, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a Reunião e, para constar, eu, Rogério Costa Rodrigues, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros e vai à publicação. — Deputado Parente Frota — Senador Clodomir Millet — Senador Júlio Leite — Senador Carlos Lindenberg — Senador Paulo Tôrres — Senador Sebastião Archer — Senador Ruy Car-

neiro — Senador Bezerra Neto — Deputado Hanequim Dantas — Deputado Jaeder Albergaria — Deputado Ray-mundo Bogéa e Deputado Djalma Falcão.

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Parente Frota  
Vice-Presidente: Senador Júlio Leite  
Relator: Senador Raul Giuberti

## ARENA

Senadores	Deputados
1 — Clodomir Millet	1 — Hanequim Dantas
2 — Júlio Leite	2 — Jaeder Albergaria
3 — Cattete Pinheiro	3 — João Paulino
4 — Carlos Lindenberg	4 — Luiz de Paula
5 — Raul Giuberti	5 — Mário de Abreu
6 — Mello Braga	6 — Parente Frota
7 — Paulo Tôrres	7 — Raymundo Bogéa

## MDB

1 — Sebastião Archer	1 — Caruso da Rocha
2 — Adalberto Sena	2 — Djalma Falcão
3 — Ruy Carneiro	3 — Altair Lima
4 — Bezerra Neto	4 — Régis Pacheco

## CALENDÁRIO

Dia 4-9 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Dia 17-9 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal. — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

## PRAZO

Até dia 24-9 — Na Comissão Mista.

Até dia 1.º-11 — No Congresso Nacional.

Diretoria de Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal. — Secretário: Rogério Costa Rodrigues. — Telefone: 43-6677 — Ramais: 301 e 303.

# Constituição da República Federativa do Brasil

## QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas  
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.  
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).  
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo  
**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 28 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
<b>Presidente:</b> João Cleofas (ARENA — PE)	<b>4º-Secretário:</b> Manoel Villaza (ARENA — RN)	<b>Líder:</b> Filinto Müller (ARENA — MT)
<b>1º-Vice-Presidente:</b> Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	<b>1º-Suplente:</b> Sebastião Archer (MDB — MA)	<b>Vice-Líderes:</b> Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Guido Mondin (ARENA — RS) Dinarte Mariz (ARENA — RN)
<b>2º-Vice-Presidente:</b> Lino de Mattos (MDB — SP)	<b>2º-Suplente:</b> Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	<b>DO MDB</b>
<b>1º-Secretário:</b> Fernando Corrêa (ARENA — MT)	<b>3º-Suplente:</b> Domício Gondim (ARENA — PB)	<b>Líder:</b> Aurélio Vianna (GB)
<b>2º-Secretário:</b> Edmundo Levi (MDB — AM)	<b>4º-Suplente:</b> José Feliciano (ARENA — GO)	<b>Vice-Líderes:</b> Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)
<b>3º-Secretário:</b> Paulo Torres (ARENA — RJ)		

#### COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Nogueira da Gama  
**Vice-Presidente:** Teotônio Vilela

##### ARENA

**TITULARES**  
Arnon de Mello  
José Leite  
Benedicto Valladares  
Vasconcelos Torres  
Teotônio Vilela

**SUPLENTES**  
Mello Braga  
José Guimard  
Adolpho Franco  
Lobão da Silveira  
Victorino Freire

##### MDB

Nogueira da Gama, José Ermirio  
Josaphat Marinho, Aurélio Vianna

**Secretário:** Cláudio Carlos Ridrigues Costa — R. 360.  
**Reuniões:** quartas-feiras, às 16 horas.  
**Local:** Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Flávio Brito  
**Vice-Presidente:** Atílio Fontana

##### ARENA

**TITULARES**  
Flávio Brito  
Ney Braga  
Atílio Fontana  
Teotônio Vilela  
Milton Trindade

**SUPLENTES**  
Benedicto Valladares  
José Guimard  
Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
Clodomir Millet

##### MDB

José Ermirio, Aurélio Vianna  
Argemiro de Figueiredo, Nogueira da Gama

**Secretário:** J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
**Reuniões:** terças-feiras, à tarde.  
**Local:** Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Arnon de Mello  
**Vice-Presidente:** Aurélio Vianna

##### ARENA

**TITULARES**  
Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Mello Braga  
Vasconcelos Torres  
Mem de Sá

**SUPLENTES**  
José Leite  
Eurico Rezende  
Benedicto Valladares  
Carvalho Pinto  
Filinto Müller

##### MDB

Aurélio Vianna  
Adalberto Sena

Pessoa de Queiroz

**Secretário:** Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.  
**Reuniões:** quintas-feiras, às 10 horas.  
**Local:** Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Petrônio Portella  
**Vice-Presidente:** Antônio Carlos

##### ARENA

**TITULARES**  
Milton Campos  
Antônio Carlos  
Carvalho Pinto  
Eurico Rezende  
Guido Mondin  
Petrônio Portella  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Moura Andrade

**SUPLENTES**  
Mem de Sá  
Flávio Brito  
Benedicto Valladares  
Milton Trindade  
Júlio Leite  
Mello Braga  
Adolpho Franco  
Filinto Müller  
Dinarte Mariz

##### MDB

Antônio Balbino  
Bezerra Neto  
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo  
Nogueira da Gama  
Aurélio Vianna

**Secretária:** Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.  
**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas.  
**Local:** Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL (11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

#### ARENA

**TITULARES**  
Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Petrônio Portella  
Atílio Fontana  
Júlio Leite  
Clodomir Millet  
Guido Mondin  
Antônio Fernandes

**SUPLENTE**  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Mem de Sá  
Filinto Müller  
Milton Trindade  
Waldemar Alcântara

#### MDB

Bezerra Neto  
Argemiro de Figueiredo  
Aurélio Vianna  
Adalberto Sena  
Oscar Passos

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

### COMISSÃO DE ECONOMIA (11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá  
Vice-Presidente: José Ermírio

#### ARENA

**TITULARES**  
Mem de Sá  
Carlos Lindenberg  
Júlio Leite  
Teotônio Vilela  
Ney Braga  
Cattete Pinheiro  
Atílio Fontana  
Duarte Filho

**SUPLENTE**  
José Leite  
Filinto Müller  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Arnon de Mello  
Antônio Carlos  
Flávio Brito  
Milton Trindade

#### MDB

Nogueira da Gama  
Josaphat Marinho  
Bezerra Neto  
José Ermírio  
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.  
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende  
Vice-Presidente: Guido Mondin

#### ARENA

**TITULARES**  
Eurico Rezende  
Ney Braga  
Guido Mondin  
Cattete Pinheiro  
Duarte Filho

**SUPLENTE**  
Benedicto Valladares  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Teotônio Vilela  
Raul Giuberti

#### MDB

Ruy Carneiro  
Adalberto Sena  
Antônio Balbino

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.  
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

### COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO (11 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade  
Vice-Presidente: José Cândido

#### ARENA

**TITULARES**  
Moura Andrade  
Antônio Carlos  
Waldemar Alcântara  
Milton Trindade  
Flávio Brito  
José Cândido  
Eurico Rezende  
Guido Mondin

**SUPLENTE**  
José Guimard  
Victorino Freire  
Filinto Müller  
Lobão da Silveira  
Raul Giuberti  
Petrônio Portella  
Daniel Krieger

#### MDB

Adalberto Sena  
José Ermírio  
Ruy Carneiro  
Antônio Balbino  
Argemiro de Figueiredo

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.  
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

### COMISSÃO DE FINANÇAS (17 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo  
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

#### ARENA

**TITULARES**  
Carvalho Pinto  
Cattete Pinheiro  
Mem de Sá  
José Leite  
Moura Andrade  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Raul Giuberti  
Júlio Leite  
Waldemar Alcântara  
Vasconcelos Torres  
Atílio Fontana  
Dinarte Mariz

**SUPLENTE**  
Carlos Lindenberg  
Teotônio Vilela  
José Guimard  
Daniel Krieger  
Petrônio Portella  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Flávio Brito  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Eurico Rezende

#### MDB

Oscar Passos  
Josaphat Marinho  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama  
Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
José Ermírio  
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.  
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO (7 Membros)

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio  
Vice-Presidente: Júlio Leite

#### ARENA

**TITULARES**  
Flávio Brito  
Adolpho Franco  
Júlio Leite  
Mem de Sá  
Teotônio Vilela

**SUPLENTE**  
José Cândido  
Mello Braga  
Arnon de Mello  
Clodomir Millet  
Milton Trindade

#### MDB

Ruy Carneiro  
Bezerra Neto  
Antônio Balbino  
José Ermírio  
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.  
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Adolpho Franco  
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTES**  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Raul Giuberti  
Duarte Filho**MDB**

Argemiro de Figueiredo

**TITULARES**Adolpho Franco  
Victorino Freire  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Júlio LeiteAurélio Vianna  
Josaphat MarinhoSecretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.  
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: José Leite**ARENA****SUPLENTES**  
Vasconcelos Torres  
José Guimard  
Teotônio Vilela  
Guido Mondin  
Victorino Freire**MDB**

Oscar Passos

**TITULARES**Antônio Carlos  
José Leite  
Celso Ramos  
Carlos Lindenberg  
Benedicto ValladaresJosaphat Marinho  
José ErmirioSecretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.  
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Ruy Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****SUPLENTES**  
Teotônio Vilela  
José Leite  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Carlos Lindenberg**MDB**Aurélio Vianna  
Adalberto Sena**TITULARES**Clodomir Millet  
Antônio Fernandes  
Arnon de Mello  
Duarte Filho  
Menezes PimentelRuy Carneiro  
Argemiro de FigueiredoSecretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.  
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**  
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**  
Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara**ARENA****SUPLENTES**  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Filinto Müller  
Guido Mondin  
José Guimard**TITULARES**Daniel Krieger  
Raul Giuberti  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Waldemar Alcântara  
Carvalho Pinto**MDB**

Antônio Balbino

José Ermirio  
Aurélio Vianna  
Ruy CarneiroSecretário: Afrânio Cavalcanti Melo Junior — R. 307.  
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Antônio Carlos**ARENA****SUPLENTES**Filinto Müller  
José Leite  
Clodomir Millet**TITULARES**Benedicto Valladares  
Cattete Pinheiro  
Antônio Carlos  
Mem de Sá**MDB**

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.  
Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**  
(15 Membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Gilberto Marinho  
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz**ARENA****SUPLENTES**José Guimard  
Carlos Lindenberg  
Adolpho Franco  
Petrônio Portella  
José Leite  
Teotônio Vilela  
Clodomir Millet**TITULARES**Filinto Müller  
Waldemar Alcântara  
Antônio Carlos  
Mem de Sá  
Ney Braga  
Milton Campos  
Moura Andrade  
Gilberto Marinho  
Arnon de Mello  
José Cândido  
Mello Braga**MDB**Pessoa de Queiroz  
Aurélio Vianna  
Oscar Passos  
Bezerra NetoJosaphat Marinho  
Antônio BalbinoSecretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.  
Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE SAÚDE**  
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Raul Giuberti**ARENA****SUPLENTES**Júlio Leite  
Menezes Pimentel  
José Leite  
Flávio Brito  
Vasconcelos Torres**TITULARES**Cattete Pinheiro  
Duarte Filho  
Waldemar Alcântara  
José Cândido  
Raul Giuberti**MDB**Adalberto Sena  
Bezerra Neto  
Nogueira da Gama  
Ruy CarneiroSecretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.  
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.  
Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor  
Diretor-Geral.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Victorino Freire

Vice-Presidente: Oscar Passos

**ARENA****TITULARES**

Victorino Freire  
José Guimard  
Gilberto Marinho  
Ney Braga  
José Cândido

**SUPLENTE**

Filinto Müller  
Attilio Fontana  
Dinarte Mariz  
Mello Braga  
Celso Ramos

**MDB**

Oscar Passos  
Aurélio Vianna

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carlos Lindenberg

Vice-Presidente: José Guimard

**ARENA****TITULARES**

Victorino Freire  
Carlos Lindenberg  
Arnon de Mello  
Raul Giuberti  
José Guimard

**SUPLENTE**

Celso Ramos  
Petrônio Portella  
Eurico Rezende  
Menezes Pimentel

**MDB**

Ruy Carneiro  
Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Celso Ramos

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**ARENA****TITULARES**

José Leite  
Celso Ramos  
Arnon de Mello  
Vasconcelos Torres  
José Guimard

**SUPLENTE**

Guido Mondin  
Attilio Fontana  
Eurico Rezende  
Lobão da Silveira  
Carlos Lindenberg

**MDB**

Pessoa de Queiroz  
Bezerra Neto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.  
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Clodomir Millet

Vice-Presidente: Milton Trindade

**ARENA****TITULARES**

Clodomir Millet  
Milton Trindade  
José Guimard  
Flávio Brito  
Lobão da Silveira

**SUPLENTE**

José Cândido  
Filinto Müller  
Duarte Filho  
Dinarte Mariz  
Cattete Pinheiro

**MDB**

Oscar Passos  
Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —  
Ramal 313.  
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-  
teriores.

Serviço Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.503  
Brasília — DF